

É PRECISO PRODUZIR MAIS, MAS TAMBÉM REPARTIR MELHOR PARA VENCER A CRISE**RESUMO DESTE ESTUDO**

O problema mais grave que o País enfrenta é o aumento continuado e rápido da dívida ao estrangeiro. Entre 2005 e 2009, a Dívida Externa Líquida aumentou em 78.085 milhões €, ou seja, em média 19.521 milhões €/ano, pois passou de 104.681 milhões € para 182.767 milhões €. Em percentagem do PIB aumentou de 70,2% para 108,7%, portanto cresceu a um ritmo muito superior ao crescimento económico nacional.

Este aumento rápido e crescente da dívida líquida do País ao estrangeiro é determinado pelo défice permanente e cada vez maior das relações de Portugal com outros países registada na Balança de Pagamentos Correntes. Só no período 2006-2009, o défice acumulado na Balança Corrente atingiu o impressionante valor de 76.450 milhões €. E a previsão para o período 2010-2015, com a política que o governo está a seguir, é que continuem os elevados défices (Segundo o FMI, o défice será igual a 10% do PIB em 2010; a 9,2% do PIB em 2011; e a 8,4% do PIB até 2015, o que dá uma média anual que deverá rondar os 17.000 milhões € por ano).

Se analisar-se a estrutura deste défice conclui-se que ele tem como causas os elevados défices da Balança de Bens (Comercial) e da Balança de Rendimentos. Segundo o Banco de Portugal, só no período 2006-2009, o défice acumulado da Balança Comercial Portuguesa atingiu -76.450 milhões €, e da Balança de Rendimentos -28.969 milhões €. Destes dois, o que tem maior peso é o défice da Balança Comercial que tem crescido de uma forma extremamente rápida, porque o País importa muito mais do que exporta. No período compreendido entre 1993 e 2009, segundo o INE, Portugal exportou bens no valor de 453.411 milhões €, e importou bens no valor de 719.911 milhões €, acumulando assim um saldo negativo de 266.500 milhões €. E tem-se verificado um aumento contínuo do défice da Balança Comercial portuguesa: -7.121 milhões € em 1993; -18.491 milhões € em 2000; -20.242 milhões € em 2005; -25.244 milhões € em 2008; e -19.600 milhões € em 2009 apesar da procura interna ter diminuído devido à crise. Só nos primeiros dez meses de 2010 o saldo negativo da Balança Comercial portuguesa atingiu -16.279 milhões €.

Assim, um dos problemas mais graves que o País enfrenta é das importações serem muito superiores às exportações. Só em 2009, e apesar da crise, Portugal importou bens no valor de 51.368 milhões €. Portanto, mais importante do que exportar mais, até porque existem dificuldades crescentes ao aumento das exportações, devido à quebra da procura nos países para onde exportamos mais (Espanha, França, etc.) e também por causa do aumento da concorrência internacional, é aumentar a produção nacional visando substituir uma parte crescente daquilo que importamos e que poderá ser produzido internamente.

A análise da estrutura das importações por produtos mostra que seria possível substituir uma parte importante das importações desde que existisse uma política nacional planeada e apoiada pelo Estado com esse objectivo. Em 2009, Portugal importou produtos agrícolas e alimentares no valor de 7.481 milhões € (14,6% do total das importações); têxteis, vestuário e calçado no valor de 3.448 milhões € (6,7% das importações); produtos químicos no valor de 5.262 milhões € (10,2% das importações); peles, couros, madeiras e cortiça no valor de 2.349 milhões € (4,6% do total das importações), etc.. A questão que se coloca é a seguinte: Que importações se poderiam substituir com produção nacional se existisse um esforço planeado do governo com esse objectivo pelo menos semelhante ao que se verifica para aumentar as exportações? – É uma questão que merece um debate nacional, até porque se fossem canalizados para este fim os mesmos meios aplicados para aumentar as exportações os resultados seriam certamente maiores e melhores.

No entanto, é preciso não só produzir mais e melhor mas também repartir melhor. Como refere a OIT, no seu Relatório global sobre os salários 2010/2011, “a estagnação dos salários antes da crise pode realmente ter contribuído para a crise e também enfraqueceu a capacidade das economias de recuperar rapidamente”. E acrescenta: “a crise teve as suas raízes estruturais na redução da procura agregada que precedeu a crise”. (Sumário Executivo, pág. 3). Uma repartição cada vez mais desigual dos rendimentos concentrou nas mãos de uma minoria uma parte crescente do rendimento nacional que, no lugar de ser investido na actividade produtiva, foi aplicado na especulação financeira, o que conduziu o mundo à crise internacional que hoje enfrentamos com consequências dramáticas quer económicas quer sociais, em que o desemprego crescente e o aumento da miséria são as suas faces mais visíveis. Em Portugal, a defesa de um modelo baseado no aumento das exportações tem objectivos de classe claros já que visa manter um modelo baseado na grave desigualdade na distribuição de rendimentos existente. Como não se quer melhorar a repartição do rendimento, pois só assim é que se pode ampliar a procura agregada interna, procura-se substituí-la pelo mercado externo. A prova disso está na resistência do governo de Sócrates e do patronato em cumprir o acordo do aumento do salário mínimo para 500€, assim como a medida, constante das 50 medidas, de reduzir significativamente as indemnizações aos novos trabalhadores que forem despedidos no futuro, criando também um conflito entre gerações, para mais tarde reduzir os direitos de todos os trabalhadores. Para aumentar a chamada competitividade externa, para exportar mais, pretende-se reduzir ainda mais as condições de vida dos trabalhadores e manter as graves desigualdades existentes. Mas a manter-se esta política, a crise e o endividamento do País só poderão agravar-se ainda mais.

É preciso não só produzir mais e melhor para vencer a crise, mas também repartir melhor, porque se isso não acontecer os resultados dos acréscimos de produção vão parar essencialmente aos “bolsos” de uma minoria, que especula, a procura agregada interna não crescerá e a crise tenderá a agravar-se ainda mais.

Quem analise as 50 medidas que o governo de Sócrates acabou de apresentar (o PEC-4), naturalmente ficará chocada porque nenhuma destas preocupações está presente nelas. Fala-se muito no aumento de competitividade e do emprego, mas o grosso de medidas de apoio às empresas constantes delas são destinadas fundamentalmente a empresas exportadoras (regime PIN de bens transaccionáveis; seguros de crédito comercial de linhas crédito no valor de 3.000 milhões €, promoção externa empresarial no valor de 150 milhões €, reforço do incentivo fiscal à internacionalização que já existe; apoio em 50 milhões € a empresas inovadoras orientadas para a exportação; aumento do número de países com convenções para evitar a dupla tributação; facilitar vistos para os países mais relevantes para a actividade exportadora; simplex-exportação; aumentar a competitividade do mercado de trabalho, reduzindo as indemnizações pagas aos que forem despedidos no futuro, e criando um fundo para participar no pagamento destas indemnizações reduzidas financiado também pelas empresas que não despedem; etc.); portanto, medidas que certamente custarão ao Estado e aos trabalhadores muitas centenas de milhões €, e tudo isto porque o aumento das exportações é considerado como o único meio para “salvar” o País e ultrapassar a crise. O governo tenciona completar tudo isto com um gigantesco acto de propaganda realizando no início do próximo ano um chamado “Congresso das exportações”.

Uma análise mais profunda e objectiva da realidade nacional mostra, por um lado, que o défice orçamental não é o problema mais grave que o País enfrenta e, por outro lado, que o aumento das exportações não é único e até não é o meio mais importante para resolver o problema mais grave que o País enfrenta, e também não é o caminho mais fácil e exequível.

O PROBLEMA MAIS GRAVE DO PAÍS É O CRESCIMENTO RÁPIDO DE UMA ELEVADA DÍVIDA EXTERNA DETERMINADA PELO PERMANENTE E CRESCENTE DÉFICE EXTERNO

Entre 2005 e 2009, ou seja, em quatro anos de governo de Sócrates, a Dívida Externa Líquida (Activo - Passivo) aumentou em 78.085 milhões €, ou seja, em média 19.521 milhões €/ano, pois passou de 104.681 milhões € para 182.767 milhões € segundo o Boletim Estatístico do Banco de Portugal de Novembro-2010. Em percentagem do PIB aumentou de 70,2% para 108,7%, portanto tem crescido a um ritmo muito superior ao crescimento económico nacional.

Este aumento rápido e crescente da dívida líquida do País ao estrangeiro é determinado pelo défice permanente e cada vez mais elevado das relações de Portugal com outros países registada na Balança de Pagamentos Correntes como mostra o quadro seguinte, também construído com dados divulgados pelo Banco de Portugal.

Quadro 1 – Déficit e estrutura da Balança de Pagamentos Correntes Portuguesa

ANOS	BALANÇA CORRENTE- Milhões euros				
	Balança de Bens (Comercial)	Balança de Serviços	Balança de Rendimentos	Transferências Correntes	TOTAL
2006	-16.763	+4.954	-6.301	+2.521	-15.589
2007	-19.206	+6.533	-7.004	+2.603	-17.074
2008	-22.985	+5.602	-7.781	+2.464	-22.700
2009	-17.496	+5.983	-7.883	+2.135	-17.261
SOMA	-76.450	+23.072	-28.969	+9.723	-72.624

FONTE: Boletim Estatístico – Novembro 2010 – Banco de Portugal

Só no período 2006-2009, o défice acumulado na Balança de Pagamentos Correntes de Portugal atingiu o impressionante valor de 76.450 milhões €. E a previsão para o período 2010-2015, com a política que o governo está a seguir, é que continuem os elevados défices (segundo o FMI, 10% do PIB em 2010; 9,2% do PIB em 2011; e 8,4% do PIB até 2015, o que dá uma média anual superior a 17.500 milhões € por ano).

Se analisar-se a estrutura deste défice imediatamente se conclui que ele tem como causas os elevados défices da Balança de Bens (Comercial) e da Balança de Rendimentos. Segundo os dados divulgados pelo Banco de Portugal, só no período 2006-2009, o défice acumulado da Balança Comercial Portuguesa atingiu -76.450 milhões €, e o da Balança de Rendimentos -28.969 milhões €. Portanto, são os elevados défices destas duas balanças de relações com o estrangeiro que determinam o elevado défice da Balança Corrente portuguesa. O défice na Balança de Rendimentos resulta dos elevados lucros transferidos para o estrangeiro e dos juros pagos ao

exterior pela dívida do País (no fim de 2009, a chamada dívida bruta da banca ao estrangeiro – Passivo- já atingia 190.008 milhões €, e a do Estado 135.807,1 milhões €). No entanto, o que tem maior peso é o défice da Balança Comercial que tem crescido de uma forma extremamente rápida, porque o País importa muito mais do que exporta, como mostram os dados divulgados pelo INE constantes do quadro seguinte.

Quadro 2 – O défice da Balança Comercial total portuguesa desde 1993

ANOS	COMERCIO INTERNACIONAL – Milhões €		
	Exportações	Importações	SALDO
1993	13.085	20.206	-7.121
1994	15.748	23.513	-7.765
1995	17.799	25.838	-8.038
1996	19.323	28.133	-8.810
1997	21.395	32.099	-10.704
1998	22.830	36.264	-13.434
1999	23.711	39.650	-15.939
2000	27.215	45.706	-18.491
2001	27.859	46.560	-18.701
2002	28.461	45.080	-16.619
2003	29.260	44.441	-15.181
2004	30.920	49.260	-18.340
2005	31.137	51.379	-20.242
2006	35.640	56.295	-20.654
2007	38.309	59.927	-21.617
2008	38.950	64.194	-25.244
2009 (Po)	31.768	51.368	-19.600
SOMA	453.411	719.911	-266.500
2010(Só até Outubro)	30.304,0	46.583,0	-16.279

FONTE: Comercio Internacional – 1993-2010 –INE

No período compreendido entre 1993 e 2009, segundo o INE, Portugal exportou bens no valor de 453.411 milhões €, e importou bens no valor de 719.911 milhões €, acumulando assim um saldo negativo de 266.500 milhões €. E tem-se verificado um aumento rápido do défice da Balança Comercial: -7.121 milhões € em 1993; - 18.491 milhões € em 2000; - 20.242 milhões € em 2005; - 25.244 milhões € em 2008; -19.600 milhões em 2009 apesar da procura interna ter diminuído devido à crise. Só nos primeiros dez meses de 2010, o saldo negativo da Balança Comercial portuguesa atingiu -16.279 milhões €. É fácil de concluir face a estes números oficiais, que um dos mais graves problemas que o País enfrenta é o das importações serem muito superiores às exportações. Só em 2009, e apesar da crise, Portugal importou bens no valor de 51.368 milhões €. Portanto, mais importante do que exportar mais, até porque existem dificuldades crescentes ao aumento das exportações devido à quebra da procura nos países para onde exportamos mais (Espanha, França, etc.) e também devido ao aumento da concorrência internacional, é aumentar a produção nacional visando substituir uma parte crescente daquilo que importamos e que poderia ser produzido internamente.

A análise da estrutura das importações por produtos mostra que seria possível substituir uma parte importante das importações desde que existisse uma política nacional consistente com esse objectivo. O quadro seguinte, construído com dados divulgados pelo INE, mostra aquilo que importamos mais e que poderia ser substituído por produção nacional.

Quadro 3 – Estrutura por produtos das importações portuguesas no período 1993/2009

PRODUTOS	IMPORTAÇÕES - Milhões euros			VARIACÃO- 2009/93		ESTRUTURA - % Total		
	1993	2001	2009	Em %	Milhões €	1993	2001	2009
TOTAL	20.206	46.560	51.368	154,2%	31.162	100,0%	100,0%	100,0%
Agrícolas	2.039	3.964	5.152	152,6%	3.112	10,1%	8,5%	10,0%
Alimentares	730	1.659	2.329	218,9%	1.599	3,6%	3,6%	4,5%
Combustíveis Minerais	1.727	4.408	6.473	274,9%	4.746	8,5%	9,5%	12,6%
Químicos	1.614	3.688	5.262	226,1%	3.648	8,0%	7,9%	10,2%
Plásticos e Borrachas	818	2.037	2.516	207,6%	1.698	4,0%	4,4%	4,9%
Peles e Couros	372	679	501	34,5%	128	1,8%	1,5%	1,0%
Madeira e Cortiça	238	711	577	142,4%	339	1,2%	1,5%	1,1%

Pastas Celulósicas e Papel	535	1.255	1.271	137,5%	736	2,6%	2,7%	2,5%
Matérias Têxteis	1.438	2.339	1.375	-4,4%	-64	7,1%	5,0%	2,7%
Vestuário	544	1.174	1.591	192,5%	1.047	2,7%	2,5%	3,1%
Calçado	169	417	481	185,5%	313	0,8%	0,9%	0,9%
Minerais e Minérios	336	854	839	149,6%	503	1,7%	1,8%	1,6%
Metais Comuns	1.149	3.376	3.943	243,3%	2.795	5,7%	7,3%	7,7%
Máquinas e Aparelhos	4.178	10.357	9.840	135,5%	5.662	20,7%	22,2%	19,2%
Veículos e Outro Material de Transporte	3.069	7.048	6.260	104,0%	3.191	15,2%	15,1%	12,2%
Óptica e Precisão	487	1.081	1.202	147,1%	716	2,4%	2,3%	2,3%
Outros Produtos	763	1.514	1.756	130,1%	993	3,8%	3,3%	3,4%

FONTE: Comercio Internacional - 1993-2009 -INE

Em 2009, Portugal importou produtos agrícolas e alimentares no valor de 7.481 milhões € (14,6% do total das importações); têxteis, vestuário e calçado no valor de 3.448 milhões € (6,7% das importações); produtos químicos no valor de 5.262 milhões € (10,2% das importações); peles, couros, madeiras e cortiça no valor de 2.349 milhões € (4,6% do total das importações). A questão que se coloca imediatamente é a seguinte: Que importações se poderiam substituir com produção nacional se existisse um esforço planeado do governo com esse objectivo pelo menos semelhante ao que se verifica para aumentar as exportações? – É uma questão que merecia um grande debate nacional. E isto até pelos efeitos positivos a nível de criação de emprego e de redução da dependência externa, que é fundamental para o País poder controlar e reduzir a Dívida Externa cujo elevado valor e crescimento é o problema mais grave que Portugal enfrenta, apesar da miopia do governo e de todos aqueles que defendem que a “salvação” do País passa exclusivamente pelo aumento das exportações, que é uma “missão impossível” como a experiência passada amplamente provou. Um esforço idêntico ao que está a ser feito para aumentar as exportações se fosse orientado para aumentar a produção nacional destinada à substituição das importações teria resultados muito maiores, pois o aumento das exportações está fortemente limitado, por um lado, pela quebra da procura interna nos países para onde Portugal exporta mais porque esses países estão também com processos de consolidação orçamental e, por outro lado, devido à forte concorrência internacional.

É PRECISO PRODUZIR MAIS, MAS TAMBÉM REPARTIR MELHOR

Portugal é o país da UE27 onde a repartição dos rendimentos é mais desigual. Segundo o Eurostat, em 2009, a parcela do rendimento total do país recebido pelos 20% da população com rendimentos mais elevados era superior em seis vezes à recebida por 20% da população com rendimentos mais baixos, quando a média na UE27 era de 4,9%. Se se medir a desigualdade com base no índice de Gini (quanto maior é o seu valor maior é a desigualdade), segundo também o Eurostat, em 2009, o índice de Gini para Portugal atingia 35,4% quando a média na UE27 era de 30,4%.

Como refere a OIT, no seu “Relatório global sobre os salários 2010/2011”, que acabou de divulgar, “a estagnação dos salários antes da crise pode realmente ter contribuído para a crise e também enfraqueceu a capacidade das economias de recuperar rapidamente”. E acrescenta “a crise teve as suas raízes estruturais na redução da procura agregada que precedeu a crise”. (Sumário Executivo, pág. 3). É fácil compreender a consistência técnica das conclusões da OIT. Uma repartição crescente desigual dos rendimentos concentrou nas mãos de uma minoria uma parte crescente do rendimento nacional que, no lugar de o investir na actividade produtiva, a aplicou na especulação financeira que conduziu o mundo à crise internacional que hoje enfrentamos com consequências dramáticas quer económicas quer sociais, em que o desemprego crescente e o aumento da miséria são as suas faces mais visíveis.

Em Portugal, a defesa de um modelo baseado no aumento das exportações tem objectivos claros de classe e visa manter um modelo baseado na grave desigualdade na distribuição de rendimentos existente. Como não se quer melhorar a repartição do rendimento, pois assim é que se pode ampliar a procura agregada interna e impulsionar a produção para a substituir as importações, pois não é mais possível alimentá-la com base no crédito como sucedeu no passado recente, procura-se substituí-la pelos mercados externos, ou seja, pelo frenesim das exportações. A prova disso está na resistência do governo de Sócrates e do patronato em cumprir o acordo do aumento do salário mínimo para 500€, assim como a medida, constante das 50 medidas, visando reduzir significativamente as indemnizações aos novos trabalhadores que forem despedidos no futuro, criando assim desigualdades de direitos entre os trabalhadores que já tem emprego e os que arranjarão no futuro, nomeadamente jovens. É o confronto de gerações que o governo pretende provocar com esta medida para depois reduzir ainda mais os direitos dos trabalhadores empregados. Para aumentar a chamada competitividade externa, para exportar mais, pretende-se reduzir ainda mais as condições de vida dos trabalhadores em Portugal, e manter as graves desigualdades existentes. Mas a manter-se esta política, a crise e o endividamento do País só poderão agravar-se ainda mais.

BOM NATAL, BOAS FESTAS E UM ANO NOVO MAIS FELIZ PARA TODOS

Eugénio Rosa, Economista, edr2@netcabo.pt, 18.12.2010